

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR		
6 - NIRE	7 - SITE	
8 - DATA DE CONSTITUIÇÃO DA CIA	9 - DATA DE REGISTRO DA CIA NA CVM	

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO		2 - BAIRRO OU DISTRITO		
3 - CEP -	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
6 - DDD -	7 - TELEFONE -	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD -	12 - FAX -	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL				

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS  
ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME				
2 - CARGO				
3 - ENDEREÇO COMPLETO			4 - BAIRRO OU DISTRITO	
5 - CEP -	6 - MUNICÍPIO			7 - UF
8 - DDD -	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEFONE -	12 - TELEX
13 - DDD -	14 - FAX -	15 - FAX -	16 - FAX -	
17 - E-MAIL				

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME				
19 - CONTATO				
20 - ENDEREÇO COMPLETO			21 - BAIRRO OU DISTRITO	
22 - CEP -	23 - MUNICÍPIO			24 - UF
25 - DDD -	26 - TELEFONE -	27 - TELEFONE -	28 - TELEFONE -	29 - TELEX
30 - DDD -	31 - FAX -	32 - FAX -	33 - FAX -	
34 - E-MAIL				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	Eduardo José Bernini	943.941.648-34	26/08/2003	31/08/2004	3			Diretor Presidente e Conselheiro
02	Andréa Cristina Ruschmann	118.448.918-10	19/03/2002	31/08/2004	3			Diretora Vice-Presidente e Conselheira
03	Ulises Leonardo Soroeta	225.112.198-67	19/03/2002	31/08/2004	1			Diretor Vice-Presidente
04	Cyro Vicente Bocuzzi	053.466.778-36	09/05/2001	31/08/2004	1			Diretor Vice-Presidente
05	Benjamin Ernesto Vasques Cruz	228.270.518-18	28/01/2002	31/08/2004	1			Diretor Vice-Presidente
06	Sean Butch Mederos	228.327.038-36	31/01/2002	31/08/2004	1			Diretor Vice-Presidente
07	Charles Lenzi	276.937.750-72	18/11/2002	31/08/2004	1			Diretor Vice-Presidente
08	Jeffery Atwood Safford	229.902.218-08	13/06/2003	31/08/2004	1			Diretor Vice-Presidente
09	Luiz Carlos Ciochi	374.232.237-00	15/09/2003	31/08/2004	1			Diretor Vice-Presidente
10	Ricardo Antônio Gobbi Lima	035.004.138-54	15/09/2003	31/08/2004	1			Diretor Vice-Presidente
11	Roberto Mário Di Nardo	007.690.628-06	15/09/2003	31/08/2004	1			Diretor Vice-Presidente
12	Mark Stuart Fitzpatrick	999.999.999-99	06/08/2002	31/08/2004	2			Presidente do Conselho de Administração
13	Demóstenes Barbosa da Silva	167.476.311-53	16/04/2001	31/08/2004	2			Conselheiro
14	Maurício Namur Muscat	004.227.328-50	16/04/2001	31/08/2004	2			Conselheiro
15	William R. Luraschi	999.999.999-99	29/04/2003	31/08/2004	2			Conselheiro
16	Steven Patrick Clancy	055.856.697-96	29/04/2003	31/08/2004	2			Conselheiro
17	Barry J. Sharp	999.999.999-99	29/04/2003	31/08/2004	2			Conselheiro
18	Helena Kerr do Amaral	007.675.698-06	29/04/2003	31/08/2004	2			Conselheira

\* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;  
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;  
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

01417-6

../-

---

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO  
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

---

**Eduardo José Bernini – Diretor Presidente e Conselheiro:**

**Data de nascimento:**

18.11.1956

**Formação Acadêmica:**

Formado em Economia pela Universidade de São Paulo/USP e Pós-Graduação em Teoria do Desenvolvimento Econômico PUC/SP e Economia do Setor Energético IEE/USP.

**Experiência Profissional:**

Gerente de Informações e Prospecção de Mercado da Agência para aplicação de Energia 1989/1993, Secretário Executivo da Comissão Permanente de Tarifas da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo 1993/1994, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia 1994, Secretário Adjunto de Energia do Estado de São Paulo 1995/1996, Conselheiro da Administração da EMPLASA – Empresa Metropolitana de Planejamento S.A. 1995/1998, Presidente da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – EBE Empresa Bandeirante de Energia S.A. – EMAE Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. e EPTE Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. empresa resultantes do processo de reestruturação societária e patrimonial da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. ocorrido em 31.12.1997, da qual assumiu a Presidência em 29.8.1996, Presidente do COEX – Comitê Executivo do Mercado Atacadista de Energia – MAE, Diretor Presidente da VBC Energia S.A., Diretor Superintendente da Serra da Mesa Energia S.A., Conselheiro da Spencer Stuart Global Executive Search Consultants, Até agosto de 2003, ocupou os cargos de Diretor-Presidente da EDP Brasil S/A., Diretor-Presidente da Enertrade Comercializadora de Energia S/A., Presidente do Conselho da Bandeirante Energia S.A. e da CERJ – Companhia Energética do Rio de Janeiro, membro dos Conselhos de Administração da ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. e da ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A., Vice-Presidente da ABDIB – Associação Brasileira da Indústria de Base, Em 1º de setembro de 2003, assumiu a presidência da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. empresa do Grupo AES.

**Andréa Cristina Ruschmann – Diretora Vice-Presidente e Conselheira:**

**Data de nascimento:**

19.04.1969

**Formação Acadêmica:**

Formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e com pós-graduação em Administração de Empresas pela mesma Fundação.

**Experiência Profissional:**

Trabalhou nas áreas de crédito do Lloyds Bank, Dresdner Bank e ING Barings, tendo atuado também na área de Investment Banking do ING em operações de Privatizações e Project Finance. Ingressou no Grupo AES Brasil em setembro de 1999, atuando na área financeira e de desenvolvimento de novos negócios, ocupando a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da AES Tietê. Atualmente é membro do Conselho de Administração da AES Tietê e da AES Eletropaulo.

01417-6

../-

---

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO  
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

---

**Ulises Leonardo Soroeta – Diretor Vice-Presidente:**

**Data de nascimento:**

03.03.1962

**Formação Acadêmica:**

Engenheiro Eletrônico, pela Universidade Tecnológica Nacional Argentina.

**Experiência Profissional:**

Iniciou sua carreira em 1984 – 1986 Assistente de Investigador (área de Metalurgia Física) e Assistente de Professor (cátedra Física III) na Universidade Tecnológica Nacional, Site Technician, SADE, Argentina - Trabalho na montagem e funcionamento de uma central térmica, 1987 – 1990 Engenheiro de Desenho, IMPSA, Argentina - Desenhista de sistemas de controle para usinas, turbinas e geradores hidroelétricos, 1990 – 1993 Manager, IMPSA, Argentina Responsável por atividades de desenvolvimento de negócios na América Latina, 1993 Manager, IMPSA, Ásia Ltd. Responsável por desenvolvimento de negócios no sudeste asiático, principalmente Paquistão, Malásia, Tailândia e Indonésia, 1993 – 1998 Manager, IMPSA, Ásia Ltd. Responsável pelas operações totais do Grupo nas Filipinas, especialmente no desenvolvimento de projetos hidroelétricos, 1996 – 1998 Diretor, IMPSA, AsiaLtd. Hong Kong, 1998 Gerente Geral, AES Clesa, El Salvador, responsável pela administração e gerenciamento geral de uma das empresas de distribuição de leticidade em El Salvador.

**Cyro Vicente Bocuzzi - Diretor Vice-Presidente:**

**Data de nascimento:**

04.11.1959

**Formação Acadêmica:**

Engenheiro eletricista pela Universidade Mackenzie e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Conta com MBA em Controladoria de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA/ FIPECAFI - USP.

**Experiência Profissional:**

Foi professor de cursos da Eletrobrás, membro do Conselho Diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP e Coordenador Técnico Nacional do SINDIS/ CIER. Na Eletropaulo há 18 anos, desempenhou funções técnicas e gerenciais nas áreas de Planejamento, Engenharia e Operações.

01417-6

../-

---

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO  
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

---

**Benjamin Ernesto Vasquez Cruz – Diretor Vice-Presidente:**

**Data de nascimento:**

02.01.1966

**Formação Acadêmica:**

Formado em Engenharia Elétrica pela UCA em San Salvador, El Salvador, MBA (primeiro ano) Administração de Empresas, CEL-COS, San Salvador, El Salvador.

**Experiência Profissional:**

Engenheiro de Programação Júnior – 1992 – 1994, AES Clesa, Santa Ana, El Salvador, na área de Tarifa de Energia Elétrica – Assuntos Regulatórios – 1998 – 2001, AES Eletropaulo, São Paulo, Brasil, Diretor Vice-Presidente, Unidade de Negócios Monte Santo – 2001 – 2002.

**Sean Butch Mederos – Diretor Vice-Presidente:**

**Data de nascimento:**

14.11.1965

**Experiência Profissional:**

Experiência de 17 anos na indústria de energia elétrica: De 1984 – 1997, Southern Califórnia Edison, Long Beach, exerceu diversas atividades, fevereiro de 1997 – setembro de 1998, Southern Califórnia Edison, Estação Geradora AES Alamitos, Long Beach, Supervisor de Instrumentação de Usina, setembro de 1998 – janeiro de 1999, Southern Califórnia Edison, Estação Geradora AES Corporation, Estação Geradora AES Alamitos, Líder de Equipe, janeiro de 1999 – janeiro 2000, AES Telasi, Tbilisi, Geórgia, Diretor de Manutenção, janeiro de 2000 – abril de 2001, AES Telasi, Tbilisi, Geórgia, Gerente Regional, maio de 2001 até o presente, AES Eletropaulo, São Paulo, Brasil, Líder de Negócios – Unidade Vila Prudente.

**Charles Lenzi – Diretor Vice-Presidente:**

**Data de nascimento:**

04.04.1959

**Formação Acadêmica:**

Formado em Engenharia Elétrica PUC/RS, Especialização em Automação Industrial Unicamp, Pós Graduação em Finanças pela Universidade de Caxias do Sul, Pós Graduação em Planejamento Estratégico e Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas.

**Experiência Profissional:**

1982 – 1986, Intral S/A. Indústria de Materiais Elétricos, Engenheiro de Vendas; 1988 – 1998, Gazola S.A Indústria Metalúrgica, Gerente Administrativo-Financeiro; 1998 – 1999, AES Sul, Gerente de Unidade de Negócios; 2000 – 2001, Grupo EDC – La Electricidad de Caracas, Diretor de Distribuição.

01417-6

../-

---

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO  
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

---

**Jeffery Atwood Safford – Diretor Vice-Presidente:**

**Data de nascimento:**

31.08.1958

**Formação Acadêmica:**

Graduado em Contabilidade na Pennsylvania State University

**Experiência Profissional:**

Trabalhou por aproximadamente 5 anos no grupo de auditoria da Touche Ross.

Ingressou na AES Corp. em 1988 como Diretor Financeiro e Administrativo, era diretamente responsável por todos os aspectos da contabilidade e dos relatórios financeiros e fiscais, bem como adesão de normas, tesouraria, benefícios administrativos e finanças corporativas. Em fevereiro de 1994, foi nomeado CFO da AES China Generating-geradora. Em fevereiro de 2002, entrou para a AES Gener como um membro do conselho e como COO desta subsidiária.

**Luiz Carlos Ciocchi – Diretor Vice-Presidente:**

**Data de nascimento:**

01.02.1958

**Formação Acadêmica:**

Executive Development Program-Universidade de Michigan – USA – MI, Curso de Especialização em Administração para Graduados – CEAG – FGV – SP, Engenharia Elétrica – Eletrônica – Faculdade de Engenharia Industrial – FEI, Escola Naval – Ministério da Marinha.

**Experiência Profissional:**

Analista de Sistemas, Supervisor e Gerente de Sistemas – Autolatina – 1981/1990, Consultor Sênior – Arthur D. Little – 1990/1995, Gerente de Sistemas e Process Leadership – Ford do Brasil Ltda. – 1995/1999, Principal - A.T. Kearney do Brasil Ltda. - 1999/2001, Diretor de Consultoria – Monitor do Brasil Ltda. – 2001/2003.



01417-6

../-

---

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO  
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

---

**Ricardo Antônio Gobbi Lima – Diretor Vice-Presidente:**

**Data de nascimento:**

18.09.1958

**Formação Acadêmica:**

Bacharelado em Física – Instituto de Física da Universidade de São Paulo.

**Experiência Profissional:**

Consultor Independente – 1980/1984, Coordenador do Programa de Energia - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa (atual SEBRAE) – 1984/1985, Agência para Aplicação de Energia – 1985/1993, Coordenador de Escritório Energia São Paulo – Secretaria de Energia do Estado de São Paulo – 1993/1998, Assessor da Presidência – BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo – 1998/1999, Consultor Independente – 1999, Assessoria de Desenvolvimento do Mercado – ASMAE – Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – 1999/2000, Consultor Empresarial de Desenvolvimento e Planejamento – EDP Brasil – 2000, Diretor Comercial – ENERTRADE – Comercializadora de Energia S.A. – 2001/2003.

01417-6

../-

---

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO  
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

---

**Roberto Mário Di Nardo – Diretor Vice-Presidente:**

**Data de nascimento:**

04.12.1958

**Formação Acadêmica:**

Engenheiro Eletricista – Faculdade de Engenharia de São Paulo, Bacharel em Administração de Empresas – Universidade São Judas Tadeu, Especialização em Manutenção de Subestações – Escola Federal de Engenharia de Itajubá, Especialização sobre o novo ambiente regulatório, institucional e organizacional do setor elétrico – USP/UNICAMP/FEI, MBA de Marketing de Serviço – USP, Regulation and Competitiveness of the New Energy Sector Market in Brazil – Harvard University's John F. Kennedy School of Government e ADTP, Programa de conservação de energia da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo – PROCEL/ESCOS, Programa de desenvolvimento gerencial da Fundação Vanzolini.

**Experiência Profissional:**

Estagiário, Assessor Auxiliar, Chefe de Seção de Manutenção, Chefe de Seção de Operação – Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC – 1977/1983, Engenheiro, Gerente de Divisão de Estudos Técnicos, Gerente de Divisão de Qualidade do Serviço, Departamento de Engenharia e Planejamento – Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. – 1987/1996, Assistente da Presidência – Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. – agosto de 1996 a agosto de 1997, Coordenador Técnico da Presidência – Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. – agosto de 1997 a dezembro de 1997, Coordenador Técnico da Presidência – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., Empresa Bandeirante de Energia S.A., Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica e Empresa Metropolitana de Águas e Energia Elétrica S.A. – Janeiro a Abril de 1998, Coordenador Técnico da Presidência – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Abril a junho de 1998, Coordenador Técnico da Presidência e Assistente Executivo da Diretoria de Distribuição – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Junho a Setembro de 1998, Consultor Técnico – VBC Energia S.A. – Setembro a Novembro de 1998, Assistente da Presidência – Bandeirante Energia S.A. – de Dezembro de 1998 a Agosto de 2003.

01417-6

../-

---

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO  
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

---

**Mark Stuart Fitzpatrick – Presidente do Conselho de Administração:**

**Data de nascimento:**

14.01.1951

**Formação Acadêmica:**

Bacharel em Ciência, Engenharia Mecânica, pela Universidade de Purdue, Mestrado em Ciências, Engenharia Mecânica, pela mesma Universidade.

**Experiência Profissional:**

Iniciada em 1972 – 1979, em diversas empresas: Badcock & Wilcox, Barberton, Ohio, Bechtel Corp., Los Angeles, CA, Joy Manufacturing, Los Angeles, CA e a Stearns-Roger Engineering Inc., Denver, CO, exercendo cargos de engenharia de projeto, comissionamento, engenharia de campo e construção, Niro Atomizer Inc. – 1979 – 1984, Columbia, MD e Copenhague, DK, ingressou no grupo AES Corporation em 1984 onde está até hoje, cargos ocupados, Vice-Presidente, Diretor de Projeto, Engenheiro de Projeto até 1990, Vice-Presidente Executivo, Diretor Gerente de Grupo até 2002.

**Demóstenes Barbosa da Silva – Conselheiro:**

**Data de nascimento:**

04.07.1958

**Formação Acadêmica:**

Engenheiro eletricitista formado pela Escola Federal de Engenharia de Goiás, bacharel em física pelo Instituto de Matemática e Física da Universidade Federal de Goiás, mestre em energia, pelo Programa Interunidades da Universidade de São Paulo.

**Experiência Profissional:**

Foi chefe da Divisão de Estudos Tarifários na Companhia Energética de São Paulo – CESP, foi professor assistente de física geral na Universidade Católica de Goiás, foi engenheiro de análise de projetos de sistemas de potência no DNAEE/MME, foi coordenador geral Econômico-Financeiro e Diretor Adjunto no DNAEE/MME. Ingressou no Grupo AES Brasil em dezembro de 1997, tendo atuado em Desenvolvimento de Projetos, Diretor de Relações com Investidores da AES Sul e atualmente exerce a Vice Presidência da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê.

01417-6

../-

---

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO  
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

---

**Maurício Namur Muscat – Conselheiro:**

**Data de nascimento:**

11.01.1954

**Formação Acadêmica:**

Engenheiro Mecânico formado pela Escola Politécnica da USP, especialização em Engenharia Nuclear – Convênio POLI/CNEN.

**Experiência Profissional:**

Na Eletropaulo exerceu atividades na Área de Geração (Hidráulica e Térmica) e Sistemas Hidráulicos, englobando as Usinas e Estações, destacando-se entre estas: Levantamentos, Estudos, Planejamento, Projetos e Preparação de Editais para aquisições e instalações de equipamentos e obras – Coordenação de Grupos de Trabalho – Gerenciamento de Obras, Serviços e Contratos – Participação em Seminários, Cursos e Palestras. Cargos: Gerente da Divisão de Engenharia Térmica, Conselheiro da Associação dos Engenheiros da Eletropaulo, Diretor Secretário da AEE, Conselheiro do CREA/SP, representante dos empregados no Conselho de Administração das Energéticas de São Paulo e Diretor do Clube de Investimentos dos Empregados da Eletropaulo – INVESTELETRO.

**Willian R. Luraschi – Conselheiro:**

**Experiência Profissional:**

38 anos, Ingressou na AES Corp. em 12 de Abril de 1993 e foi nomeado Vice Presidente Sênior em fevereiro de 2002 e é Vice Presidente do Conselho Administrativo desde janeiro de 1998, Secretário desde fevereiro 1996 e Conselheiro Geral do Conselho Administrativo desde janeiro de 1994. Antes disso, atuou como advogado no escritório Chadbourne & Parke L.L.P.

**Steven Patrick Clancy – Conselheiro:**

**Data de nascimento:**

21.01.1962

**Formação Acadêmica:**

Bacharel em Ciências de Administração de Empresas pela Universidade Estadual de San Diego, Califórnia, EUA e formado também pelo Programa Contábil e Fiscal pela mesma Universidade.

**Experiência Profissional:**

Trabalhou na Deloitte & Touche, LLP de janeiro de 1987 – outubro de 1998, atuando na área fiscal, ingressou no grupo AES Corporation, Arlington, Virgínia EUA em outubro de 1998 – setembro de 1999, atuando na área de finanças corporativas e impostos da AES na América do Sul, AES Brasil Ltda., Rio de Janeiro, Brasil de setembro de 1999 – julho de 2000, desenvolvimento de negócios nos setores de energia elétrica e telecomunicações, na Argentina, Chile, Bolívia, Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela, Grupo EDC, Caracas, Venezuela de julho de 2000 .

01417-6

../-

---

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO  
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

---

**Barry J. Sharp – Conselheiro:**

**Formação Acadêmica:**

Graduado em Contabilidade Pública.

**Experiência Profissional:**

42 anos, Ingressou na AES Corp. em 5 de Maio de 1986 e foi nomeado Diretor de Operações em fevereiro de 2002 e continua atuando no cargo de Diretor Financeiro. Suas responsabilidades incluem a supervisão da função financeira assim como o segmento das grandes empresas de utilidade pública. Foi nomeado Vice Presidente Sênior em janeiro de 1998 e tinha sido Vice Presidente e Diretor Financeiro desde 1987. Ele também atuou como Secretário do Conselho Administrativo até fevereiro de 1996. De 1986 a 1987, atuou como Diretor Financeiro Administrativo.

**Helena Kerr do Amaral – Conselheira:**

**Data de nascimento:**

17.10.1955

**Formação Acadêmica:**

Doutoranda em Economia, Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Mestre em Administração Pública e Planejamento Urbano na Fundação Getúlio Vargas - EAESP/FGV - 1990; Bacharel em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas - ESESP/FGV – 1978.

**Experiência Profissional:**

2001 - 2002: Secretaria Municipal de Gestão Pública da Prefeitura de São Paulo;

1999 - 2000: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo;

1986 - 1998: Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP;

1994 - 1995: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – UNICAMP;

1993: Instituto Brasileiro de Administração Municipal e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;

1990 - 1992: Fundação Getúlio Vargas;

1978 - 1986: FEPASA – Ferrovia Paulista S/A..

**Reapresentação Espontânea**

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO					
9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL
	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)
	0	0,00	0	0,00	0
		0,00			0,00

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO		
1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL										3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE		5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)		7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)		9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)		11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS		14 - CONTROLADOR		
15/1 - CLASSE		15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)			15/3 - % PREFERENCIAIS									
001	AES Elpa S.A.									01.917.705-0001/30		Brasileira		RJ
12.956.450		77,81	0		0,00	12.956.450		30,97	31/03/2003			SIM		
002	União Federal											Brasileira		SP
3.335.596		20,03	0		0,00	3.335.596		7,97	31/03/2003			NÃO		
003	AES Transgás Empreendimentos Ltda.									02.625.222-0001/25		Brasileira		RJ
0		0,00	16.152.891		64,14	16.152.891		38,61	31/03/2003			NÃO		
004	AES CEMIG Empreendimentos Inc.											Cayman Island		
0		0,00	1.858.601		7,38	1.858.601		4,44	31/03/2003			NÃO		
997	AÇÕES EM TESOURARIA													
0		0,00	0		0,00	0		0,00						
998	OUTROS													
359.158		2,16	7.173.275		28,48	7.532.433		18,01						
999	TOTAL													
16.651.204		100,00	25.184.767		100,00	41.835.971		100,00						

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES Elpa S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2003
-----------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL						3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.			
001001	AES Coral Reef LLC								
5.934.265.997	42,31	0	0,00	5.934.265.997	42,31	31/03/2003			
001002	AES Treasure Cove Ltd.								
4.494.541.687	32,04	0	0,00	4.494.541.687	32,04	31/03/2003			
001003	AES Cemig Empreendimentos II Ltd.								
1.944.640.681	13,86	0	0,00	1.944.640.681	13,86	31/03/2003			
001004	Outros								
1.653.761.967	11,79	0	0,00	1.653.761.967	11,79	31/03/2003			
001999	TOTAL								
14.027.210.332	100,00	0	0,00	14.027.210.332	100,00				



Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES Coral Reef LLC	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2003
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001002	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES Treasure Cove Ltd.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2003
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001003	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES Cemig Empreendimentos II Ltd.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2003
--------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001004	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Outros	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2003
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 002	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA União Federal	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2003
-----------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 003	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES Transgás Empreendimentos Ltda.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2003
-----------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 004	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES CEMIG Empreendimentos Inc.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2003
-----------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração:

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	NOMINATIVA		16.651.204	236.592	236.592
02	PREFERENCIAIS	NOMINATIVA		25.184.768	821.037	821.037
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			41.835.972	1.057.629	1.057.629



Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	01/01/1998	807.159	(1.111.089)	Cisão do Patrimônio	0	0,0000000000
02	25/03/1998	822.845	15.686	Reserva de Capital	0	0,0000000000
03	19/04/1999	1.042.845	220.000	Subscrição Pública	4.888.843	45,0000000000
04	16/04/2001	1.057.629	14.784	Reserva de Capital	0	0,0000000000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
0	0	

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
---------	-------------	------------	---

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 - VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTOS.
12.1 - VALOR DISTRIBUIDO	12.2 - CORREÇÃO/JUROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO					
001	31/12/1999	404.361	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	03/03/2000	ORDINÁRIA		43.268	0,0025985154	0
0,0000000000	0,0000000000	12/04/2000	0,0000000000							
002	31/12/1999	404.361	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	03/03/2000	PREFERENCIAL		71.987	0,0028583669	0
0,0000000000	0,0000000000	12/04/2000	0,0000000000							
003	31/12/1999	404.361	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	03/03/2000	ORDINÁRIA		16.985	0,0025985154	0
0,0000000000	0,0000000000	29/06/2000	0,0000000000							
004	31/12/1999	404.361	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	03/03/2000	PREFERENCIAL		28.260	0,0028583669	0
0,0000000000	0,0000000000	29/06/2000	0,0000000000							
005	31/12/1999	404.361	DIVIDENDO	RCA	05/12/2000	ORDINÁRIA		86.859	0,0052163755	0
0,0000000000	0,0000000000	15/12/2000	0,0000000000							
006	31/12/1999	404.361	DIVIDENDO	RCA	05/12/2000	PREFERENCIAL		144.511	0,0057380126	0
0,0000000000	0,0000000000	15/12/2000	0,0000000000							
007	31/12/2000	238.884	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	05/12/2000	ORDINÁRIA		58.940	0,0035396675	0
0,0000000000	0,0000000000	15/12/2000	0,0000000000							
008	31/12/2000	238.884	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	05/12/2000	PREFERENCIAL		98.060	0,0038936343	0
0,0000000000	0,0000000000	15/12/2000	0,0000000000							
009	31/12/2000	238.884	DIVIDENDO	RCA	14/03/2001	ORDINÁRIA		28.558	0,0017150887	0
0,0000000000	0,0000000000	30/03/2001	0,0000000000							
010	31/12/2000	238.884	DIVIDENDO	RCA	14/03/2001	PREFERENCIAL		47.514	0,0018865975	0
0,0000000000	0,0000000000	30/03/2001	0,0000000000							
011	31/12/2001	567.382	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/03/2002	ORDINÁRIA		47.302	0,0028407523	0
0,0000000000	0,0000000000		0,0000000000							

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 - VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTS.
12.1 - VALOR DISTRIBUIDO	12.2 - CORREÇÃO/JUROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO					
012	31/12/2001	567.382	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/03/2002	PREFERENCIAL		78.698	0,0031248275	0
0,00000000000	0,00000000000		0,00000000000							
013	31/12/2001	567.382	DIVIDENDO	RCA	27/03/2002	ORDINÁRIA		11.339	0,0006800964	0
0,00000000000	0,00000000000		0,00000000000							
014	31/12/2001	567.382	DIVIDENDO	RCA	27/03/2002	PREFERENCIAL		18.865	0,0007490602	0
0,00000000000	0,00000000000		0,00000000000							

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R\$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		39,80			PLENO	0,00		
		0,00	0,00000						
02	PREFERENCIAL		60,20			NÃO	0,00	SIM	
SIM		25,00	0,00000			LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO			

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
	0,00

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
	0	

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1 - ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)	
11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)
01	ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	02.875.211/0001-01	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,54
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01/01/2002	31/12/2002		99.996
01/01/2001	31/12/2001	99.996	01/01/2000	31/12/2000	99.996
02	ELETR. METROPOLITANA OVERSEAS II LTD.	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	61,79
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01/01/2002	31/12/2002		3
01/01/2001	31/12/2001	3	01/01/2000	31/12/2000	3
03	ELETR. COMERCIAL EXPORTADORA LTDA.	03.886.684/0001-69	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,01
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01/01/2002	31/12/2002		500
01/01/2001	31/12/2001	500	01/01/2000	31/12/2000	500
04	LOGESTIC.COM S.A.	04.241.221/0001-02	ABERTA CONTROLADA	50,00	0,01
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01/01/2002	31/12/2002		10
01/01/2001	31/12/2001	10			0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	07
3 - Nº REGISTRO NA CVM	SRE/DEB/2000/020
4 - DATA DO REGISTRO CVM	28/07/2000
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/04/2000
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/09/2004
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGP-M + 14,50%a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	14,50%a.a.
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	512,55
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	112.433
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	350.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	175.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	175.000
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	01/09/2002
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/01/2003



Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	07
3 - Nº REGISTRO NA CVM	SRE/DEB/2000/021
4 - DATA DO REGISTRO CVM	28/07/2000
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/04/2000
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/04/2003
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGP-M + 12,30%a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	12,30%a.a.
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	0,46
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	217.909
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	350.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	175.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	175.000
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	01/09/2002
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/04/2003

01417-6

../-

---

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

## 1899

A Light chega ao País. Em 7 de abril, um grupo de empresários canadenses funda a The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited. Uma carta patente, expedida pela rainha Vitória do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, delineia os objetivos da nova companhia no Brasil quanto à produção de energia. O comunicado real menciona ainda poderes para estabelecer “também linhas telegráficas e telefônicas” e compra “de quaisquer bens móveis e imóveis, terras e direitos inerentes, inclusive referentes a energia hidráulica, lagos, açudes, rios e correntes de água”. A 17 de junho, o presidente da República, o paulista Campos Salles, assina o Decreto nº 3.349, que autoriza o funcionamento da Light.

## 1900 – 1910

Em 7 de maio de 1900, o presidente do Estado de São Paulo e futuro presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, aciona os dínamos da usina provisória a vapor instalada pela Light na rua São Caetano, no centro paulistano. Horas depois, sai às ruas um bonde elétrico da linha Barra Funda-Santa Ifigênia, a primeira da Capital e a primeira da Light no País. Já em 23 de setembro de 1901, é inaugurada a usina hidrelétrica de Parnaíba, no rio Tietê, a primeira da Light no Brasil – um passo decisivo para estender as linhas de bondes, fornecer energia às indústrias e disputar a iluminação pública com a San Paulo Gas.

Em 1903, é criada a Sbel – Sociedade Beneficente dos Empregados da Light.

## 1911 – 1920

A 14 de março de 1911, é assinado o primeiro contrato da Light com o governo paulista para iluminar as avenidas Brigadeiro Luiz Antonio e Higienópolis. Nesse ano, firma ainda um contrato com o governo estadual para instalar luz elétrica nas ruas não servidas pela iluminação a gás. Em 1912 entra em funcionamento a usina de Paula Souza, a vapor, com duas máquinas de 2.000 kW cada. Total da energia produzida pela Companhia : 20.000 kW. Chegam a São Paulo os anúncios luminosos, a Light inaugura sua fábrica de postes na Baixada do Glicério e os investimentos em geração continuam : em 1914, entra em operação a usina de Itupararanga, com três geradores de 12.500 kW cada. A energia produzida pela Light atinge 57.500 kW.

01417-6

../-

---

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

## 1921 – 1930

A Light começa a construir a sede da rua Xavier de Toledo, em 1925. No mesmo ano, é concluída a Usina de Rasgão e ampliada a de Paula Souza, elevando a produção de energia para 102.500 kW. Em 1926, é inaugurada a máquina nº 1 da Usina de Cubatão, fornecendo 28.000 kW. A Empresa amplia sua área de concessão. Em 1928, incorpora empresas do Vale do Paraíba e Oeste paulista. A energia produzida chega a 178.724 kW. Em 1930, explode a revolução liderada por Getúlio Vargas. O presidente Washington Luís é deposto. Vargas toma posse.

## 1931 – 1940

Um dos primeiros atos de Getúlio Vargas no poder é o Decreto nº 20.395, que suspende atos de alienação e similares de qualquer curso perene ou queda d'água, refreando o processo de concentração do setor elétrico verificado na década de 20 e afetando diretamente a Light. Novo decreto, em 1933, declara nula qualquer estipulação de pagamento em ouro, como eram fixadas conforme contrato entre a Light e o governo brasileiro as tarifas de energia elétrica. Em 10 de julho de 1934, é promulgado o Código de Águas, que durante ano serviu de instrumento legal básico de regulamentação do setor elétrico. Em 1939, começa a Segunda Guerra Mundial.

## 1941 – 1950

Em 1942, o Brasil declara guerra à Alemanha e à Itália. Três anos depois, em 1945, termina o conflito mundial e Getúlio Vargas é deposto, começando no País um processo de redemocratização. Nas eleições presidenciais é eleito o general Eurico Gaspar Dutra. Em São Paulo, em 1947, todo o sistema de transportes coletivos da Light é transferido para a municipalidade – cria-se a CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos). Confirmava-se assim a tendência que vinha desde os anos 30 de a Light desvincular-se dos transportes coletivos para se concentrar somente no setor elétrico.

## 1951 – 1960

O governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, apresenta o Plano Básico Energético, que, entre outros itens, propõe a criação de uma holding para centralizar todas as atividades do Estado relativas à produção de energia elétrica. Nasce, assim, a semente da Cesp. Em 1954, é inaugurada a Usina Termoelétrica Piratininga. Em 1955, o governo federal autoriza a importação de material elétrico para fomentar a indústria elétrica pesada. A Light, por outro lado, conclui a construção da parte subterrânea da Usina Henry Borden, em Cubatão. Em 1960, Juscelino Kubitschek inaugura Brasília.

01417-6

../-

---

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

## 1961 – 1970

A Light inicia o atendimento por telefone e faz seu último investimento em geração de energia, com a ampliação da Usina Henry Borden para 864.000 kW. O total de produção da Companhia chega a 1,4 milhão de kW. Em 1962, é assinado o Decreto nº 1.178, que regulamenta a criação da Eletrobrás. Em 1964, porém, a política brasileira muda de rumos com o golpe militar. O presidente João Goulart é deposto e assume o general Castello Branco. Em 1966, é criada a Cesp (Centrais Elétricas do Estado de São Paulo). A partir daí, unificam-se onze empresas controladas pelo governo estadual.

## 1971 – 1980

Em 1973, já denominada Brascan, a holding do grupo Light controla acionariamente 32 empresas, das quais apenas a Light – Serviços de Eletricidade S.A., explorava serviço público. Nesse mesmo ano, a Light reformula o sistema de atendimento ao consumidor, com sistema de comunicação mais eficiente e novos veículos. A tônica de suas campanhas publicitárias é sobre temas como o cuidado ao soltar pipas, a necessidade de vacinar os cães ou o tricampeonato de futebol em 1970. Finalmente, em 1979, a Light é comprada pelo governo federal, através da Eletrobrás, por US\$ 1,5 bilhão, incluindo sua dívida externa.

## 1981 – 1990

Em 1981, a Light em São Paulo passa para o controle do governo do Estado. É criada a Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A. Já sob o controle estatal, em 1985 implanta a primeira etapa do Sistema de Supervisão e Controle (SSC), visando melhorar a distribuição de energia. Em 1987 é instalado o Centro de Operação do Sistema (COS), programado para recolher dados relativos ao sistema hidráulico da Empresa na Grande São Paulo. No final da década, em 25 de setembro de 1990, a Eletropaulo atinge 5 milhões de ligações, atendendo 20,6 milhões de pessoas em sua área de concessão. Por suas redes de distribuição passam 26% da energia consumida no País (cerca de 31.216 GWh). Nesse ano a Eletropaulo gera 10% da energia que fornecia. Sua capacidade instalada é de 1.390 MW (880 da Usina Henry Borden, 470 da Termoelétrica Piratininga e 40 de pequenas centrais).

## 1991 – 2000

Em 05.07.1996, foi promulgada a Lei Estadual nº 9.361, que criou o Programa Estadual de Desestatização dispondo sobre a reestruturação societária e patrimonial do setor energético. Cumprindo as determinações do Conselho Diretor do PED foram contratados, mediante licitação os serviços de avaliação patrimonial da Eletropaulo à propositura de modelagem que melhor atendessem aos objetivos de desestatização.

01417-6

../-

---

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

Nos termos da referida Lei, e de acordo com o resultado dos estudos realizados pelas empresas especializadas contratadas para este fim, o Conselho Diretor do PED recomendou e o Exmo. Sr. Governador do Estado aprovou, na forma prevista no artigo 2229, da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404, de 15.12.1976, com redação dada pela Lei nº 9.457, de 05.05.1997, a cisão parcial da Eletropaulo, a ser efetuada mediante a transferência de parcelas do seu patrimônio para três sociedades constituídas para esse fim.

Como mais uma etapa para execução do PED, o Estado de São Paulo, na condição de acionista controlador, aprovou a constituição das sociedades denominadas :

- EBE - Empresa Bandeirante de Energia S.A.; EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.; e EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A..

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31.12.1997, foi aprovada a cisão parcial da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A., com versão de parcelas de seu patrimônio, avaliadas pelo seu valor contábil, em laudo de avaliação referido à 02.12.1997, para incorporação, pelas sociedades citadas no parágrafo anterior, nos termos e condições previstos no Protocolo de Cisão Parcial, eventos esses a serem efetivados em 01.01.1998.

Em leilão realizado no dia 15.04.1998, na BOVESPA a Lightgás Ltda., formada pelos grupos AES Corporation, Reliant Energy International, EDF – Electricité de France e CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, adquiriu por R\$ 2.026.732 mil, 74,88% do capital votante da Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A..

Em 15.6.1998, foi assinado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/98, com prazo de duração da concessão de 30 anos.

Em 1998 foi constituída a Metropolitana Overseas Ltd., uma subsidiária integral sediada nas Ilhas Cayman, tendo como objetivo irrestrito e sem limitações, administrar os negócios de uma empresa de investimento e atuando como divulgadora e empreendedora. Em 24 de agosto de 2001 foi incorporada pela Metropolitana Overseas II Ltd.. Neste mesmo ano foi constituída a Eletropaulo Telecomunicações Ltda., tendo como objetivo a prestação de serviços de telecomunicações em geral por quaisquer meios disponíveis, a prestação de serviços técnicos, consultoria, manutenção e a participação em outras sociedades.

Em 1999 foi constituída a Eletroger Ltda., tendo como objetivo a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de usina termelétrica, bem como, a compra e venda de energia elétrica. Ainda neste ano foi também constituída a Metropolitana Overseas II Ltda., uma subsidiária integral sediada nas Ilhas Cayman, tendo como objetivo irrestrito e sem limitações, administrar os negócios de uma empresa de investimento e atuando como divulgadora e empreendedora.

01417-6

../-

---

## 09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

Em 2000 foi constituída a Eletropaulo Comercial Exportadora Ltda., tendo como objetivo comprar e vender, importar e exportar, por conta própria e de terceiros, sob comissão ou consignação, qualquer tipo de energia, principalmente a elétrica; produtos relacionados a telecomunicações e informática em geral, por quaisquer meios disponíveis; e produto de origem agrícola, animal ou mineral, em estado natural ou industrializado. Neste mesmo ano foi constituída a Logestic.com S.A., tendo como objetivo desenvolver, implantar e ofertar serviços de “e-procurement” que aumentem a eficiência da cadeia de suprimentos, bem como produzir, instalar e manter sistemas de informática; prestar serviços de comunicação, publicidade e propaganda em geral; prestar serviços de comunicação e de provimento de acesso via internet; prestar serviços e atividades relativos à distribuição de produtos e comércio eletrônico.

Em 11.12.2000 nos termos da Instrução CVM nº 31/84, a THE AES CORPORATION, a EDF INTERNATIONAL S.A. (“EDF”), a COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL (“CSN”), a AES TREASURE COVE LTD. (“ATC”) e a ENERGY I CORP. (“Energy I”), as três primeiras acionistas integrantes do grupo controlador da Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light”), firmaram um Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato”), visando a aquisição pela EDF e a AES, esta última através de sua subsidiária ATC, da totalidade da participação da Energy I, subsidiária da CSN, na Light, correspondente a 1.287.401.617 ações ordinárias, representativas de 9,18% do capital social total da Light. Desta forma a AES e EDF, após o fechamento da operação de aquisição das ações, serão, em conjunto, as acionistas controladoras da Light e, indiretamente, de sua subsidiária Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

## 2001

Em 2001, ocorreu à finalização do processo de reestruturação das participações societárias detidas pelos grupos EDF e AES no capital social da Light, AES Elpa S.A. (atual denominação da LightGás Ltda) e, indiretamente da Eletropaulo. A EDF International S.A. e sua controlada Lidil Comercial Ltda. transferiram ações representativas do capital social da AES Elpa para controladas da The AES Corporation. Em contrapartida, a AES transferiu à EDF ações representativas do capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A.

01417-6

../-

---

#### 09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

Com a conclusão deste processo de reestruturação, a AES assumiu isoladamente, com 88,21% das ações votantes, o controle societário da AES Elpa e, indiretamente, da Eletropaulo, assim como da AES Communications Rio de Janeiro Ltda. (ex-Light Telecom Ltda.). Por sua vez, a EDF passou a deter isoladamente o controle societário da Light, com 88,21% das ações votantes.

Esta reestruturação formalmente concluída em 6 de fevereiro de 2002, permitiu à Eletropaulo consolidar seu processo de gestão nos moldes preconizados pela filosofia AES e acreditamos que a Eletropaulo está apta, agora, a cumprir totalmente a sua missão de servir a comunidade fornecendo energia limpa, segura e confiável.

## 2002

O ano de 2002 representou um marco inesquecível para todos nós, empresas e demais agentes do setor elétrico brasileiro. Iniciado ainda sob o impacto do racionamento de energia, só suspenso pelo governo federal em 1º de março, o exercício se desenrolou em meio a uma conjuntura de vertiginosas e importantes mudanças estruturais, que acabaram por comprometer os resultados financeiros do setor. A AES Eletropaulo não foi exceção, nem poderia ser.

Assistimos a um cenário de continuada retração de consumo de energia, no qual a esperada retomada do crescimento da economia não ocorreu, ficando aquém, inclusive, dos cenários mais negativos previstos por analistas de todo o mercado financeiro nacional e internacional. O racionamento também estabeleceu novos hábitos de consumo de energia, tendo a maior parte dos consumidores optado por não retomar seus padrões de conforto, segurança e qualidade de vida, tendo o consumo em 2002 ficado abaixo dos níveis praticados em 1998.

Finalmente, mas não menos importante, devemos lembrar que, em função das incertezas ligadas ao processo eleitoral deflagrado já a partir do início do segundo semestre, o mercado financeiro local e internacional se fechou completamente para empresas brasileiras, levando a AES Eletropaulo a ter de renegociar as dívidas vincendas com os credores existentes.

01417-6

../-

---

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

No caso das negociações das dívidas das prefeituras, governos estaduais e empresas estatais, estas foram praticamente paralisadas, à espera de definições políticas que só viriam após 27 de outubro, com os resultados do segundo turno das Eleições. Na prática, as conversas só foram retomadas ao longo do primeiro trimestre deste ano de 2003, após a definição dos cargos do novo governo.

Em meio ao redemoinho de um mercado em franca transformação, a Eletropaulo pode se orgulhar de ter conseguido manter-se - operacional e financeiramente - saudável e atuante.

Saudável, porque as dívidas da empresa foram gradualmente equacionadas e seus vencimentos, concentrados no segundo semestre de 2002 e no primeiro semestre de 2003, foram alongados. Os nossos credores, confiantes da qualidade da Eletropaulo e certos de que se tratava de um problema conjuntural de mercado, participaram de forma construtiva no processo de renegociação das dívidas da empresa.

Atuante, porque investimos até hoje US\$ 900 milhões na área de cobertura da Eletropaulo desde a privatização e destinamos, para 2002, outros US\$ 51 milhões, mesmo em meio a todas às dificuldades enfrentadas no ano.

A AES tem adotado padrões internacionais e desenvolvido uma gestão a altura de sua responsabilidade ao fornecer energia a maior área metropolitana da América do Sul e mais rica do País, onde a qualidade da energia é fator determinante para o desenvolvimento econômico do Brasil, principalmente no atual momento em que existe pressa ao atingir elevados níveis de desenvolvimento e bem estar da sua população.

A AES Eletropaulo está comprometida com este processo. E é esta a razão porque continuaremos aqui, investindo e trabalhando no futuro. Nossa meta é oferecer, sempre, um serviço adequado, ágil e seguro, que viabilize o crescimento da indústria e do comércio, contribuindo, dia após dia, para melhorar a qualidade de vida de toda a sociedade, através de nossos consumidores.

O ano de 2003 certamente ainda apresentará muitos desafios, mas temos a certeza de que manteremos nossa empresa sempre na vanguarda tecnológica que assegura o melhor serviço prestado ao consumidor. Esse é, na verdade, o maior compromisso que a Eletropaulo mantém desde sua privatização, e continuará a ser, a despeito dos tempos difíceis que enfrentamos.



---

01417-6

---

../-

---

---

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

---

01417-6

../-

---

#### 09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

---

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., como toda concessionária de energia elétrica é regida pelo Decreto n.º 24.643, de 10.7.34 (Código de Águas), sendo que os serviços de energia elétrica foram regulamentados pelo Decreto n.º 41.019, de 26.2.57, e possui características muito peculiares que a diferencia das outras empresas do sistema econômico, principalmente nos seguintes aspectos:

É uma empresa de prestação de serviços públicos de energia elétrica, por concessão da União, tendo como Poder Concedente, a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, subordinada ao Ministério das Minas e Energia, define “a priori” uma série de parâmetros a saber:

- a) padronização dos procedimentos contábeis, conforme Resolução n.º 1, da ANEEL, de 24 de dezembro de 1997;
- b) normatização dos procedimentos comerciais;
- c) padrões de atendimento aos consumidores;
- d) planejamento da expansão e gestão do sistema de forma integrada.

- não sendo o produto da empresa fisicamente acumulável, a capacidade das instalações e portanto, a seu vulto, deverão ser determinados de maneira que possam satisfazer, a qualquer momento, a máxima demanda de potência solicitada, além de uma indispensável reserva para o caso de reparos ou acidentes.

Até março de 1993 o setor se estruturou segundo um regime de equalização tarifária em todo o território nacional. Tal regime estabeleceu a garantia de remuneração mínima de 10%, e máxima de 12%, aplicada sobre seus ativos e estabeleceu um mecanismo de compensação entre as empresas, baseados no recolhimento da RENCOR - Reserva Nacional de Compensação de Remuneração, (empresas com excesso de remuneração) e nos créditos extra-patrimoniais de CRC - Conta de Resultados a Compensar (empresas com remuneração insuficiente).

A Lei n.º 8.631 e o Decreto n.º 774, ambos publicados em março/93 e a alteração feita através da Lei n.º 8.724 de 28.10.93, determinaram a extinção da remuneração garantida, da CRC e do RENCOR cabendo às concessionárias o direito de propor os seus níveis tarifários de acordo com seus custos, sendo também possível a compensação de débitos setoriais, que resultaram em significativa redução do passivo da Empresa.

As transformações institucionais no setor elétrico, seguiram-se com a promulgação dos Decretos n.º 915/93, que autorizou a formação de consórcios para geração de energia elétrica a ser utilizada nas respectivas unidades consumidoras e do Decreto n.º 1.009/93, que instituiu a SINTREL - Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica, abrindo o acesso da malha de transmissão aos auto-produtores e até outras concessionárias não conectadas ao sistema do produtor. O SINTREL sinaliza para a introdução da concorrência na geração de energia elétrica.

01417-6

../-

---

## 09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

---

As principais mudanças na exploração dos serviços públicos foram introduzidas pelas Leis n.ºs 8.987/95, que dispôs sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos tratados no artigo 175 da Constituição Federal, e 9.074/95, que estabelece normas para outorga e prorrogação das concessões e permissões desses serviços.

Essa legislação preocupou-se em estimular a competitividade, acabar com o monopólio estatal, negando-se exclusividade às novas concessões, proporcionando ao consumidor o direito de optar pelo prestador de serviço. Os serviços públicos de energia podem ser adquiridos por concessão (sempre mediante licitação), ou por autorização do Poder Concedente.

O artigo 42, da Lei n.º 8.987/95, dispõe que as concessões outorgadas antes da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, são consideradas válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato da outorga. O Decreto n.º 1717/95, estabeleceu procedimentos para prorrogação das concessões de serviços públicos.

Em 10.9.96, foi aprovado o Decreto n.º 2.003, que regulamenta a produção de energia elétrica por produtor independente e por auto-produtor, sendo o primeiro o novo agente criado pela atual legislação do setor elétrico.

Em 26.12.96, através da Lei n.º 9.427, foi constituída a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que tem por finalidade regular e fiscalizar a Produção, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do Governo Federal, em substituição ao DNAEE - Departamento Nacional de Energia Elétrica.

Através da Resolução ANEEL n.º 30, de 30.12.97, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando o processo de reestruturação societária e patrimonial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., empreendido pelo Governo do Estado de São Paulo, no contexto do Programa Estadual de Desestatização, com a criação de uma empresa de Geração, uma de Transmissão e duas de Distribuição, resolveu, principalmente, sobre o seguinte:

- Anuir ao processo de reestruturação societária da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.
- As empresas que vierem a ter seu controle societário alienado à iniciativa privada, serão outorgadas e contratadas novas concessões, pelo prazo de 30 anos, nos termos dos art. 27 e 30 da Lei n.º 9.074/95.
- As concessões para linhas e subestações que constituem o sistema de transmissão, em virtude do seu controle societário continuar com o Estado de São Paulo, deverão ser objeto de prorrogação de prazo de concessão nos termos da Lei n.º 9.074/95 e do Decreto n.º 1.717, de 24 de novembro de 1995.

01417-6

../-

---

#### 09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

---

A ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) foi criada pela Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998 e regulamentado pelo Decreto nº 2.655, a missão de ONS é a coordenação e controle da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados, assegurando a qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica. As principais atribuições da ONS que interferem diretamente no relacionamento do órgão com as distribuidoras são:

- contratação e administração dos serviços de transmissão, do acesso à rede e dos serviços ancilares;
- proposição a ANEEL das ampliações e reforços da rede básica de transmissão;
- definição das regras para operação da rede básica de transmissão, a serem aprovados pela ANEEL.

O MAE (Mercado Atacadista de Energia Elétrica) foi criada pela Lei nº 9.648 de 28 de maio de 1998, sua missão principal é a implantação do Mercado Atacadista de Energia, através do estabelecimento de regras transparentes para o funcionamento do Mercado, criação de um sistema logístico e computacional que permita a aplicação das regras e possibilite as transferências financeiras resultantes das transações e o estabelecimento de uma estrutura organizacional para a administração dessas operações.

O objetivo do MAE é criar o ambiente onde se processam a compra e venda de energia elétrica através de contratos bilaterais e de contratos de curto prazo, regulado por contrato multilateral.

Em 1 de junho de 2001, foi publicada a Medida Provisória 2.152-2 que criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial decorrentes da atual situação hidrológica crítica para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica.

Pela Medida Provisória nº. 2.198, de 24 de agosto de 2001, foi criado o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. Esse programa teve por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia. Em média a redução de energia prevista por esse programa foi de 20% em relação ao consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000. Esse programa vigorou de junho de 2001 até 1º. de março de 2002, data em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica. Na região norte o programa foi suspenso a partir de janeiro de 2002.

01417-6

../-

---

#### 09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

---

Em consequência dessa redução forçada da demanda pela intervenção do Estado, as empresas concessionárias de energia elétrica, tanto geradoras como distribuidoras, tiveram redução de suas margens de lucro, pois as estruturas físicas dessas empresas, bem como a de pessoal, não puderam ser reduzidas na proporção da redução de consumo prevista naquele programa. Assim, ficaram mantidos os custos fixos e encargos de financiamentos sem a correspondente receita.

Além do programa de redução de consumo, as empresas distribuidoras tinham vários pleitos com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, visando à recomposição do denominado “equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão”, pois ocorreram vários eventos que no entender das empresas resultaram no desequilíbrio econômico-financeiro desses contratos, principalmente as variações mensais de custos denominados como Parcela A, os quais não são gerenciáveis pelas distribuidoras.

Em dezembro de 2001, para solucionar a questão, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (Programa Emergencial).

Esse acordo abrangeu as perdas de margem incorridas pelas distribuidoras e geradoras no período de vigência do citado Programa Emergencial, os custos adicionais da denominada Parcela A para o período de 1.1.2001 a 25.10.2001, a parcela dos custos com a compra de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia (MAE), denominada “energia livre”, a serem realizadas até dezembro de 2002 e a substituição do direito contratual previsto no Anexo V dos Contratos Iniciais (Compra e venda de energia).

Entre as principais resoluções aprovadas através da Medida Provisória nº. 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, destacamos aquelas diretamente relacionadas com as concessionárias distribuidoras:

1. Recuperação das perdas incorridas no período de racionamento em substituição ao direito contratual previsto no Anexo V dos Contratos Iniciais (Compra e venda de energia).
  - a) A receita das distribuidoras de energia elétrica no período de racionamento está sendo recomposta por meio da “recomposição tarifária extraordinária” (aumento nas tarifas de 2,9% para os consumidores residenciais e 7,9% para os demais consumidores);

01417-6

../-

---

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

---

- b) O montante da recomposição tarifária extraordinária corresponde, para cada distribuidora, à diferença entre a sua receita estimada, se inexistente o Programa Emergencial, e a sua receita verificada sob a vigência do mesmo Programa, considerando taxa de crescimento do PIB, crescimento esperado de consumo e tarifa média projetada, baseada no Índice de Reajuste Tarifário de 2000; e
- c) As distribuidoras alcançadas pela recomposição tarifária extraordinária deverão pagar às geradoras, durante o período de vigência do Programa Emergencial, os valores dos contratos iniciais e equivalentes, com redução proporcional àquela aplicada às distribuidoras. A Resolução Aneel nº. 31, de 24 de janeiro de 2002 estabeleceu a referida redução em 2,341%. A Aneel através do Ofício Circular nº. 761, de 13 de agosto de 2002, alterou o fator de redução passando de 2,341% para 6,64%.

2. Recuperação dos custos adicionais incorridos com a Parcela A

- a) As variações de custos denominados de Parcela A relativas ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 terão tratamento isonômico com o mecanismo contemplado na Medida Provisória nº. 2.227, de 4 de setembro de 2001; e
- b) Essa recuperação está condicionada a renúncia pela empresa distribuidora de todos os pleitos administrativos e judiciais relativos a esses custos do período compreendido entre a data de assinatura do contrato de concessão até 31 de dezembro de 2000.

---

01417-6

../-

---

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

---

3. Anexo V e energia livre

Para eliminação de reprodução de controvérsia relativa à recompra de excedentes de contratos iniciais e equivalentes, inclusive ao denominado Acordo de Recompra, a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, será repassada aos consumidores atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, bem como relativa à aplicação do Anexo V dos contratos iniciais, será firmado por concessionárias distribuidoras e geradoras, como condição necessária para a homologação pela Aneel do montante referente à recomposição tarifária extraordinária da receita no racionamento, termo aditivo aos contratos iniciais e equivalentes, assim definidos em Resolução da Aneel, que incluirá a fórmula substitutiva a esse Anexo V.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	Venda de Energia Elétrica - Residencial	39,70
02	Venda de Energia Elétrica - Industrial	24,07
03	Venda de Energia Elétrica - Comercial	29,91
04	Venda de Energia Elétrica - Outros	6,32



01417-6

../-

---

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

---

## COMERCIALIZAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA

### 1 - Introdução:

A comercialização da energia elétrica compreende um conjunto de ações orientadas, aplicadas em determinados segmentos de mercado, cujos resultados esperados devem atender as diretrizes definidas no processo de planejamento da concessionária, visando o cumprimento de seus objetivos.

Portanto, a definição de programas de comercialização tem como base o estudo permanente do mercado, no sentido de identificar características próprias de determinados segmentos, que possam ser traduzidas em oportunidades para a oferta de determinados produtos - diferentes modalidades de fornecimento de energia, os quais são desenvolvidos e apresentados sob a forma de programas, que atendem aos interesses do mercado, bem como as diretrizes da Empresa.

### 2 - O Novo Arranjo do Setor Elétrico

Nos últimos anos, em particular, uma profunda reestruturação vem sendo implementada no setor elétrico nacional, implicando em significativas alterações nos conceitos e princípios empregados nas atividades de comercialização, que hoje passam a se dar de forma desverticalizada, com a dissociação de seus negócios dedicados à geração, à transmissão, à distribuição e à comercialização de energia, propriamente dita.

Paralelamente, as atividades de geração e de comercialização de energia vem sendo desregulamentadas, enquanto a transmissão e a distribuição de energia, que por sua natureza se constituem em monopólios naturais, continuam sendo tratados como serviços públicos regulados e devem, sempre, permitir o livre acesso de qualquer interessado aos sistemas existentes para o transporte de energia.

Com relação ao mercado foi estabelecido o conceito de "cliente livre", que se refere à possibilidade de um dado consumidor definir, a seu exclusivo critério, de quem deseja adquirir a energia elétrica para atendimento de suas necessidades. Essa possibilidade vem sendo gradualmente estendida ao mercado, tendo se iniciado pelos clientes de maior porte e devendo, em alguns anos, abranger a totalidade dos consumidores.

Assim como no lado do consumo, também a contratação da energia gerada pelos diversos agentes do setor elétrico, em particular geradores e distribuidores, também está obedecendo a um processo gradual de adaptação, com uma redução dos contratos de suprimento vigentes, firmados ainda no arranjo regulado e, portanto, não tendo sido objeto de livre negociação entre as partes.

01417-6

../-

---

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

---

Para viabilizar esse novo modelo, foi criado o Mercado Atacadista de Energia - MAE, no qual se processarão todos os grandes negócios do setor, envolvendo a liquidação e contabilização dos intercâmbios de energia entre seus diversos agentes, quer sejam objeto de contratos de longo prazo firmados entre os mesmos, quer sejam objeto de compra e venda no chamado mercado spot, que passa a dar ambiência às fontes de geração e aos consumidores livres que optarem por atuar no contexto competitivo de curto prazo.

Com este novo arranjo, a comercialização de energia junto a consumidores finais passou a exigir dos agentes do setor o desenvolvimento de estruturas e processos adequados a um modelo onde tanto o suprimento de energia quanto sua colocação no mercado de consumo se dão em ambiente competitivo, com novas preocupações voltadas à manutenção e à ampliação de sua base mercadológica, não mais circunscrita a uma área geográfica de concessão. Nesse sentido, assumem particular importância serviços complementares que possam ser prestados ao cliente propiciando um atendimento mais amplo às suas necessidades energéticas.

Adicionalmente, as atividades de transmissão e distribuição de energia, embora ainda objeto de monopólio assegurado por concessão, passam a ser cada vez mais pressionadas pelo mercado e pelo regulador em termos de qualidade e modicidade dos serviços prestados, uma vez que se constituem no elo viabilizador de todos os demais negócios do setor.

### 3 - Mercado

Mesmo com a profunda alteração acima descrita, certas características inerentes ao fornecimento de energia elétrica ainda permitem a segmentação do mercado segundo as características em que se dá seu atendimento físico.

Assim, os consumidores são classificados segundo dois grandes grupos tarifários, o Grupo A - Alta Tensão, atendido em tensões superiores a 2,3 kV e o Grupo B - Baixa Tensão, atendido em tensões inferiores.

O Grupo A é subdividido em vários subgrupos distribuídos segundo a tensão de fornecimento, conforme se observa a seguir, não havendo distinção entre as classes de consumo.

Subgrupo A1	- 230 kV ou mais
Subgrupo A2	- 88 kV a 138 kV
Subgrupo A3	- 69 kV
Subgrupo A3a	- 30 kV a 44kv
Subgrupo A4	- 2,3 kV a 25 kV
Subgrupo AS	- sistema subterrâneo, em baixa tensão

01417-6

../-

---

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

---

Salienta-se que no Grupo A se encontram os maiores clientes de energia, em sua grande maioria indústrias e estabelecimentos comerciais e de serviços.

O Grupo B é subdividido em vários subgrupos, compreendendo as diferentes classes de consumo:

- |             |                      |
|-------------|----------------------|
| Subgrupo B1 | - Residencial        |
| Subgrupo B2 | - Rural              |
| Subgrupo B3 | - Demais Classes     |
| Subgrupo B4 | - Iluminação Pública |

#### 4 - Tarifas:

Para clientes que exerçam seu direito de opção de serem tratados como livres, as tarifas a serem aplicadas são objeto de livre negociação.

Para clientes que não sejam tratados como livres, por não apresentarem as características definidas na legislação pertinente ou por não exercerem seu direito de opção, as tarifas de energia elétrica continuam sendo reguladas e devem obedecer a determinadas estruturas definidas pelo órgão regulador.

Para o Grupo A é empregado um sistema tarifário binômio, que envolve a medição e faturamento de duas grandezas: o consumo (kWh) e a demanda (kW). A cada uma dessas grandezas está associada uma tarifa específica. Essas tarifas específicas são diferentes para cada um dos Subgrupos, sendo menores para as maiores tensões de fornecimento.

Existem, ainda, dois Sistemas Tarifários - Convencional e Horo-Sazonal:

- O Sistema Tarifário Convencional é baseado na aplicação de tarifas de consumo (kWh) e demanda (kW), sem diferenciação de valores ao longo do dia, da semana ou do ano.
- O Sistema Tarifário Horo-Sazonal está baseado na aplicação de tarifas de consumo (kWh) e demanda (kW) variáveis ao longo do dia e da semana - horários de ponta e fora de ponta - e ao longo do ano - períodos seco e úmido.

O Sistema Tarifário Horo-Sazonal objetiva estimular o deslocamento de parte da carga para horários em que o sistema elétrico está menos carregado e orientar o consumo para períodos do ano em que houver maior disponibilidade de água nos reservatórios, levando o mercado a utilização de energia elétrica de forma mais compatível com o potencial de produção e distribuição existente no sistema elétrico interligado, propiciando redução de seus custos. Os preços diferenciados também permitem que o consumidor reduza suas despesas com eletricidade tendo em vista eventual possibilidade de menor utilização de energia elétrica no horário de ponta e no período seco, em função de tarifas mais caras.

01417-6

../-

---

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

---

Para o Grupo B é empregado um sistema tarifário monômio, com medição e faturamento de uma única grandeza, o consumo (kWh), com tarifas diferenciadas de acordo com o Subgrupo e com características técnicas da instalação.

## 5 – DISTRIBUIÇÃO

A prestação do serviço público de energia elétrica é viabilizada através de redes de transmissão e distribuição, ramificadas em toda a extensão da área de concessão da empresa. Esse serviço é prestado diretamente pela ELETROPAULO METROPOLITANA Eletricidade de São Paulo S.A., aos consumidores subdivididos em varias classes de tensão e de consumo.

## 6 - MERCADOS

### CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DA ELETROPAULO

A principal característica da área de concessão da Eletropaulo Metropolitana é englobar um extraordinário pólo consumidor e produtor, circunscrito a uma pequena área de 4.526 Km<sup>2</sup>. Em sua área de concessão que engloba 24 municípios, localizados na região da Grande São Paulo. Atualmente a Companhia atende cerca de 5,0 milhões de clientes, para atender este mercado a Eletropaulo Metropolitana distribuiu 32.451 GWh em 2002 (32.485 GWh em 2001 e 37.424 GWh em 2000), participando o consumo industrial em 32% em 2002, 31% em 2001 e 32% em 2000, a residencial em 31% em 2002, 32% em 2001 e 34% em 2000, o comercial em 27% em 2002, 26% em 2001 e em 25% em 2000 e demais classes em 10% em 2002, 11% em 2001 e 9% em 2000.

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

2002			
Classe de Renda	N.º de Consumidores Faturados	MWh	R\$ (mil)
Residencial	4.504.028	10.327.203	2.295.071
Industrial	44.502	10.284.662	1.391.323
Comercial	451.220	8.658.843	1.729.067
Rural	803	22.496	2.435
Poder Público:			
Federal	1.017	115.778	20.392
Estadual	3.975	482.040	93.127
Municipal	6.318	319.734	70.753
Iluminação Pública	1.527	842.271	105.229
Serviço Público	910	1.487.823	169.107
Encargos de capacidade emergencial	-	-	167.393
Subtotal	5.014.300	32.450.850	6.043.897
Recomposição tarifária extraordinária			217.158
Amortização/recuperação			(315.539)
Energia livre			(18.972)
Não Faturado			87.013
(+) Energia no Curto Prazo			162.658
(+) Outras Receitas			115.655
(-) Outras Deduções	-	-	(510.500)
Controladora	5.014.300	32.450.850	5.781.370
Controladas:			
(+) Outras Receitas			21.089
(-) Outras Deduções	-	-	(2.626)
Consolidado	<u>5.014.300</u>	<u>32.450.850</u>	<u>5.799.833</u>

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

2001			
Classe de Renda	N.º de Consumidores Faturados	MWh	R\$ (mil)
Residencial	4.205.044	10.466.754	1.775.838
Industrial	46.069	10.198.807	1.127.870
Comercial	474.097	8.535.933	1.359.506
Rural	758	23.681	2.011
Poder Público:			
Federal	1.057	131.236	19.790
Estadual	3.748	439.338	67.397
Municipal	12.232	304.887	54.360
Iluminação Pública	1.538	869.282	86.642
Serviço Público	885	1.514.835	131.705
Subtotal	4.745.428	32.484.750	4.625.119
Recomposição tarifária extraordinária			976.042
Energia livre			372.426
Não Faturado			(26.602)
(+) Energia no Curto Prazo			217.382
(+) Outras Receitas			51.526
(-) Outras Deduções	-	-	(327.990)
Controladora	4.745.428	32.484.750	5.887.903
Controladas:			
(+) Outras Receitas			15.160
(-) Outras Deduções	-	-	(1.935)
Consolidado	<u>4.745.428</u>	<u>32.484.750</u>	<u>5.901.128</u>

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

2000			
Classe de Renda	N.º de Consumidores Faturados	MWh	R\$ (mil)
Residencial	4.137.492	12.599.582	1.936.329
Industrial	46.121	11.887.425	1.118.589
Comercial	426.433	9.509.206	1.328.318
Rural	747	24.693	2.105
Poder Público:			
Federal	1.021	119.702	16.801
Estadual	3.734	549.734	78.003
Municipal	11.838	361.634	57.656
Iluminação Pública	1.386	893.778	81.688
Serviço Público	897	1.478.289	119.203
Subtotal	4.629.669	37.424.043	4.738.692
Não Faturado			(6.151)
(+) Energia no Curto Prazo			124.391
(+) Outras Receitas			62.243
(-) Outras Deduções	-	-	(287.250)
Controladora	4.629.669	37.424.043	4.631.925
Controladas:			
(+) Outras Receitas			4.150
(-) Outras Deduções	-	-	(361)
Consolidado	<u>4.629.669</u>	<u>37.424.043</u>	<u>4.635.714</u>

01417-6

../-

---

#### 11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

---

A evolução na prestação de serviços aos clientes da AES Eletropaulo manteve-se ao longo de 2002 como uma das prioridades da empresa. O serviço de tele-atendimento registrou mais de 8,7 milhões de chamadas de clientes, um aumento de 12% sobre o ano anterior. Isso demonstra uma maior facilidade do consumidor em contatar a empresa por este canal, que recebeu melhorias ao longo do ano.

Apesar do expressivo crescimento no número de chamadas, o tempo médio de espera de cada ligação caiu quase um minuto em relação a 2001, encerrando o ano com a média de 29 segundos por ligação.

Também foram verificadas melhorias no tempo médio de atendimento e no nível de serviço. O primeiro indicador - tempo médio de atendimento - fechou o ano com média de três minutos por ligação, enquanto no ano anterior ele foi de 3 minutos e 25 segundos. Este avanço reflete os investimentos em treinamento e nas mudanças tecnológicas do sistema. Já o nível de serviço (ou espera) – indicador da quantidade de chamadas atendidas em até 30 segundos – aumentou de 52%, em 2001, para 69%, em 2002.

Os demais indicadores de qualidade ficaram mais uma vez em conformidade e portanto abaixo das metas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Os índices que atestam a duração e a frequência das interrupções estão entre os dois mais baixos dos últimos dez anos, atrás apenas dos valores de 2001, quando a redução da carga no sistema administrado pela AES Eletropaulo por conta do racionamento colaborou para a queda dos índices.

Estes números refletem o trabalho de aperfeiçoamento da estrutura de atendimento que foi remodelada em 2001. A rede de atendimento – formada por 30 agências de atendimento próprias e mais de 100 agentes credenciados, e pelo call center da empresa onde trabalham 690 atendentes, além da página da empresa na internet que oferece diversos serviços e informações aos clientes – recebeu melhorias relacionadas a processos administrativos e operacionais que elevaram a qualidade no atendimento dos clientes.

A análise mensal dos diversos indicadores de qualidade, que são cuidadosamente monitorados pela AES Eletropaulo, demonstra que, mantendo-se nos próximos anos o padrão de nossa evolução em 2002, nossos clientes contarão com uma prestação de serviço ainda melhor no futuro, ao longo dos próximos anos



---

01417-6

../-

---

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

---

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE				3 - ENDEREÇO				
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO									

01	Imóvel - Oficinas Cambuci - CETEMEQ					Rua Lavapés, 463 - Cambuci					
São Paulo	SP	107,000	111,000	37	SIM	NÃO	NÃO				

02	Imóvel - Regional Centro					Rua 25 de Janeiro, 302/320 - Luz					
São Paulo	SP	18,412	5,473	31	NÃO	NÃO	NÃO				

03	Imóvel - Regional Sul					Av. Marechal Mario Guedes, 292 - Jaguaré					
São Paulo	SP	8,810	4,302	26	SIM	SIM	NÃO				

04	Imóvel - Regional Nordeste					Av. Imperador, 2607 - Limoeiro					
São Paulo	SP	7,217	4,395	37	NÃO	SIM	NÃO				

05	Imóvel - ETD Itaim					Rua Seridó, 106 - Jardim Europa					
São Paulo	SP	9,058	0,092	37	NÃO	NÃO	NÃO				

06	Imóvel - ETD Saúde					Av. Jabaquara, 2112 - Saúde					
São Paulo	SP	6,000	0,049	37	NÃO	NÃO	NÃO				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE				3 - ENDEREÇO				
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO									

07	Imóvel - ETD Cambuci					Av. do Estado, 4754 - Cambuci					
São Paulo	SP	10,946	0,781	37	SIM	NÃO	NÃO				

08	Imóvel - ETD Ibirapuera					R. Manoel de Nóbrega, 1374 - Ibirapuera					
São Paulo	SP	3,755	0,387	31	NÃO	NÃO	NÃO				

09	Imóvel - ETD Penha					Rua Vereador Cid Galvão da Silva, 170					
São Paulo	SP	7,971	0,354	37	NÃO	NÃO	NÃO				

10	Imóvel - ETD - Brigadeiro					Av. Brig. Luiz Antonio, 1836 - Bela Vist					
São Paulo	SP	2,520	8,748	15	NÃO	NÃO	NÃO				

11	Imóvel - High Tech Center					Rua Tabatinguera nº 164 - Centro					
São Paulo	SP	2,000	13,567	3	SIM	NÃO	NÃO				

01417-6

../-

---

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

---

O resultado da Eletropaulo em 2002 foi fortemente impactado pela lenta recuperação do consumo de energia pós-acionamento, pela desvalorização cambial, por provisões diversas, além do reconhecimento de parte do passivo atuarial não registrado em cumprimento à Deliberação CVM nº 371. Dessa forma, o resultado final em 2002 foi equivalente ao prejuízo de R\$ 871 milhões.

No que se refere ao consumo de energia, houve uma lenta recuperação do mercado de energia elétrica durante todo o ano de 2002, mesmo após o fim do racionamento de energia, que vigorou até 1º de março de 2002. A classe residencial registrou uma queda de consumo de 2,2%. Já as classes industrial e comercial, aumentaram o consumo, mas apenas em 0,8% e 1,4%, respectivamente. Esses resultados podem ser considerados fracos, pois se referem a comparações com o exercício de 2001, que por sua vez já havia sido impactado negativamente pelo racionamento entre os meses de Junho a Dezembro de 2001.

Os ganhos auferidos com operações de “hedge” no valor de R\$ 516 milhões contribuíram para mitigar o efeito negativo da despesa de R\$ 1,8 bilhões provocado pela desvalorização cambial no período. Dessa forma, o resultado líquido da variação cambial em 2002 foi equivalente a uma despesa de R\$ 1,3 bilhões. Vale mencionar que a empresa não teve condições de manter o nível histórico de operações de “hedge” – da ordem de 75% das dívidas em moeda estrangeira - e dessa forma evitar o efeito negativo da variação cambial, em virtude da inexistência de linhas de crédito no mercado financeiro no 2º semestre de 2002, necessárias para suportar operações de proteção cambial.

O resultado também foi impactado negativamente em R\$ 490 milhões, referente a provisões destinadas a devedores duvidosos, no valor de R\$ 367 milhões, e provisões para litígios e contingências, no valor de R\$ 123 milhões. O valor de Provisões para Devedores Duvidosos inclui o montante de R\$ 148 milhões referente à dívida da Prefeitura do Município de São Paulo com a empresa. Essa dívida ainda não foi reconhecida pela Prefeitura.

01417-6

../-

---

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

---

Outro fator que prejudicou o resultado foi o reconhecimento de R\$ 316 milhões (valor líquido de impostos), referentes ao passivo atuarial com a Fundação CESP, visando atender a Instrução da CVM nº371, a qual estabeleceu, para todas as empresas de capital aberto, a necessidade de se reconhecer contabilmente em um período de 5 anos ou integralmente até 31/12/2001 na conta de Lucros Acumulados, o passivo atuarial anteriormente não reconhecido nos Balanços. No caso da Eletropaulo, optou-se por reconhecer 1/5 do passivo atuarial em 2002.

É importante ressaltar que tais provisões, bem como o reconhecimento do passivo atuarial, não afetaram o caixa da empresa, referindo-se apenas a ajustes contábeis.

Do ponto de vista financeiro, o ano de 2002 mostrou-se desfavorável para captações, tanto no mercado local como no mercado externo, devido principalmente à instabilidade nos mercados financeiros local e internacional, em grande parte atribuída à instabilidade política e incertezas regulatórias no Brasil. Os impactos pós-acionamento, ainda prejudicaram as empresas do setor na medida em que não ocorreu a recuperação esperado do consumo, bem como em função das incertezas relacionadas aos desembolsos da compensação das perdas estabelecidas pelo Acordo Geral do Setor e liquidação do Mercado Atacadista de Energia – MAE.

Em função desses fatores, o acesso ao mercado financeiro neste ano tornou-se quase impossível para a empresa, sendo necessária uma renegociação de parte de seu passivo. Do montante de dívida em moeda estrangeira refinanciada, 66% foi convertida em moeda local durante o processo de renegociação, visando dessa forma compensar parcialmente a inexistência de crédito para operações de “hedge” conforme exposto acima.

A empresa havia encerrado o ano de 2001 com 75% das dívidas indexadas ao dólar, tendo tal percentual sido reduzido para 46% ao final de 2002. O percentual da dívida em dólar com “hedge” por sua vez, caiu de 80% para 9%, pelas razões expostas acima. À despeito da amortização de parte da dívida, da conversão de parte da dívida renegociada para reais, a empresa continua buscando retomar sua prática de “hedge” conservadora e historicamente praticada, assim que o mercado permitir.

---

01417-6

../-

---

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

---

Finalmente, em virtude dos problemas de liquidez e escassez de crédito mencionados anteriormente, não foi realizada distribuição de recursos aos acionistas da empresa em 2002, referente ao lucro auferido em 2001. Em Assembléia realizada em 24 de dezembro de 2002, foi aprovada a suspensão dos dividendos mínimos declarados em 2002, visando preservar o caixa e fortalecer a estrutura financeira da empresa.

---

01417-6

---

../-

---

---

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

---

No ano de 2002, a empresa investiu R\$ 180 milhões, os quais foram destinados principalmente, à segurança e à expansão da rede de distribuição e conexão de novos clientes. O número de consumidores da empresa aumentou de 4,7 milhões em Dezembro de 2001 para 5,0 milhões ao final de 2002. Tais investimentos permitiram à empresa manter um nível de atendimento de qualidade e compatível com os padrões estabelecidos pela Aneel.

---

01417-6

../-

---

---

**15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS**

---

A Companhia, preocupada com o manejo dos recursos naturais, implementou vários programas de controle ambiental, destacando-se os de reciclagem de lâmpadas, papel, alumínio, plástico e óleos minerais dentro de seu Sistema de Gestão Ambiental. Essas e muitas outras ações semelhantes fizeram com que a Companhia conseguisse o primeiro certificado ISO 14001 do setor elétrico nacional, que reflete a excelência no trato do meio ambiente na distribuição de energia.

Além do certificado, a Eletropaulo teve seu esforço reconhecido e premiado com dois Top de Ecologia 2000, concedidos pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB), e o Prêmio Ambiental von Martius, concedido pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha ao Projeto Pomar.



Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	5,92	0,00	SIM	124.608	0
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	43,65	0,00	SIM	919.514	0
03	OUTRAS	15,47	0,00	SIM	325.911	0

01417-6

../-

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

As principais transações e operações financeiras entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Eletropaulo Metropolitana Overseas Ltd.		
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Ativo - outros créditos			
Ativo - investimento			
Passivo – encargos de dívidas			142
Passivo – empréstimos e financiamentos			221.955
Passivo – fornecedores			
Resultado – energia elétrica comprada para revenda			

	Eletropaulo Telecomunicações Ltda.		
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Ativo - outros créditos			
Ativo - investimento	7.090	16.761	15.660
Passivo – encargos de dívidas			
Passivo – empréstimos e financiamentos			
Passivo – fornecedores			
Resultado – energia elétrica comprada para revenda			

	Eletroger Ltda.		
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Ativo - outros créditos			
Ativo - investimento		6.488	2.508
Passivo – encargos de dívidas			
Passivo – empréstimos e financiamentos			
Passivo – fornecedores			
Resultado – energia elétrica comprada para revenda			

01417-6

../-

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

	Eletropaulo Metropolitana Overseas II Ltd.		
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Ativo - outros créditos (a)	105.999		
Ativo - investimento			
Passivo – encargos de dívidas		30	583
Passivo – empréstimos e financiamentos	2.081.114	1.485.086	912.177
Passivo – fornecedores			
Resultado – energia elétrica comprada para revenda			

	Logestic.Com S.A.		
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Ativo - outros créditos			
Ativo - investimento		7.060	
Passivo – encargos de dívidas			
Passivo – empréstimos e financiamentos			
Passivo – fornecedores			
Resultado – energia elétrica comprada para revenda			

	Eletropaulo Comercial Exportadora Ltda.		
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Ativo - outros créditos			
Ativo - investimento	10	2	
Passivo – encargos de dívidas			
Passivo – empréstimos e financiamentos			
Passivo – fornecedores			
Resultado – energia elétrica comprada para revenda			

01417-6

../-

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

	Pleasantville Participações Ltda.		
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Ativo - outros créditos	9.660		
Ativo - investimento			
Passivo – encargos de dívidas			
Passivo – empréstimos e financiamentos			
Passivo – fornecedores			
Resultado – energia elétrica comprada para revenda			
	AES Tiête		
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Ativo - outros créditos		2.105	
Ativo - investimento			
Passivo – encargos de dívidas			
Passivo – empréstimos e financiamentos			
Passivo – fornecedores	27.700	19.008	19.770
Resultado – energia elétrica comprada para revenda	203.916	182.885	171.377
	Light Serviço de Eletricidade S.A.		
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Ativo - outros créditos			
Ativo - investimento			
Passivo – encargos de dívidas			
Passivo – empréstimos e financiamentos			
Passivo – fornecedores	68	12	
Resultado – energia elétrica comprada para revenda		2	

01417-6

../-

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

	<u>2002</u>	<u>AES Sul</u> <u>2001</u>	<u>2000</u>
Ativo - outros créditos			
Ativo - investimento			
Passivo – encargos de dívidas			
Passivo – empréstimos e financiamentos			
Passivo – fornecedores	6	6	
Resultado – energia elétrica comprada para revenda		11.541	

Os volumes e preços das tarifas de compra de energia são determinados pela ANEEL.

(a) Refere-se a contrato de mútuo ajustado com base na variação do dólar norte-americano.

**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE  
DE SÃO PAULO S/A**

**CNPJ/MF N.º 61.695.227/0001-93**

**NIRE: 35300050274**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, OBJETO, DURAÇÃO E SEDE**

Artigo 1 A Companhia é denominada **ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A**, e é regida por este Estatuto Social, pelas disposições constantes do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e pela legislação aplicável em vigor.

Artigo 2 A Companhia tem por objeto: I) a exploração de serviços públicos de energia, principalmente a elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; II) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; III) participar nos empreendimentos que tenham por finalidade a distribuição e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objeto, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados, através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; prestação de serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios; IV) prestar outros serviços de natureza pública ou privada, inclusive serviços de informática mediante a exploração de sua infra-estrutura, com o fim de produzir receitas alternativas complementares ou acessórias; V) contribuir para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário; VI) participar, em associação com terceiros, de empreendimentos que propiciem melhor aproveitamento de seu patrimônio imobiliário; e VII) participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

01417-6

../-

---

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

---

Artigo 3 A Companhia tem sede e domicílio na Cidade e Estado de São Paulo, e mediante resolução da Diretoria Executiva, poderá, a Companhia, abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do país, sendo que, para fins fiscais, uma parcela do capital será alocada para cada uma delas. A abertura e a manutenção de filiais, escritórios ou outras instalações no exterior deverá ser objeto de deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

## **CAPÍTULO II - CAPITAL E AÇÕES**

Artigo 4 Todas as ações da sociedade serão nominativas escriturais ("escriturais"), permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o artigo 35 da mencionada Lei.

Artigo 5 O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$1.057.629.316,47 (um bilhão, cinquenta e sete milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), dividido em 41.835.971.676 (quarenta e um bilhões, oitocentos e trinta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, seiscentos e setenta e seis) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 16.651.204.352 (dezesseis bilhões, seiscentos e cinquenta e um milhões, duzentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e duas) ações ordinárias e 25.184.767.324 (vinte e cinco bilhões, cento e oitenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e vinte e quatro) ações preferenciais.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembléias Gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais escriturais não terão direito a voto. Adquirirão, entretanto, direito de voto se a sociedade deixar de pagar, por 03 (três) exercícios consecutivos os dividendos a que fizerem jus.

Parágrafo Terceiro - As ações preferenciais escriturais, sem valor nominal, sem direito a voto, irredimíveis e não conversíveis em ordinárias, terão as seguintes características:

01417-6

../-

---

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

---

- I) prioridade no reembolso do capital, com base do capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- II) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;
- III) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Artigo 6 O capital social autorizado é de R\$3.248.680.000,00 (três bilhões, duzentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta mil reais) sendo R\$1.082.900.000,00 (um bilhão, oitenta e dois milhões, novecentos mil reais) em ações ordinárias e R\$2.165.780.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e cinco milhões, setecentos e oitenta mil reais) em ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Dentro do limite previsto no caput deste artigo, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais.

Parágrafo Segundo - Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção das suas participações no capital da Companhia.

### CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 7 A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas respectivas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.



01417-6

../-

---

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

---

Parágrafo Segundo - A Assembléia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada.

## **CAPÍTULO IV - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 8 O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 05 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e seus respectivos suplentes, que substituirão os efetivos em seus impedimentos eventuais, todos acionistas da Companhia e residentes ou não no País, observada a legislação vigente, cujo prazo de gestão terá a duração de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Artigo 9 Caberá à Assembléia Geral eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia. O Presidente do Conselho de Administração será escolhido dentre os conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a respectiva eleição.

Parágrafo Primeiro - Os titulares das ações preferenciais e os empregados, estes organizados ou não sob a forma de Clube de Investimento ou Associação, terão direito de eleger, cada um, um membro efetivo, e seu respectivo suplente, do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - O único representante dos empregados da sociedade e seu respectivo suplente, será eleito na forma da legislação societária.

Parágrafo Terceiro - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, por outro Conselheiro por ele indicado e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Quarto - Em caso de vacância de qualquer cargo de Conselheiro efetivo, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia Geral e na qual deverá ser eleito o novo Conselheiro pelo período remanescente do prazo de gestão do Conselheiro substituído.

01417-6

../-

---

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

---

Parágrafo Quinto - No caso de vaga do cargo de Presidente do Conselho, o substituto será nomeado pelos demais membros do Conselho de Administração, cumprindo, o substituto, o prazo de gestão pelo prazo restante.

Parágrafo Sexto - Em caso de vacância de cargo de membro suplente, o Conselheiro respectivo nomeará um acionista para exercer a suplência vaga, ad referendum da primeira Assembléia Geral, que elegerá o substituto do suplente para completar o prazo de gestão do membro substituído.

Artigo 10 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado na primeira reunião de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos Conselheiros efetivos ou seus suplentes em exercício.

Parágrafo Único - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes à reunião em questão.

Artigo 11 Além daqueles previstos em lei como de competência exclusiva do Conselho de Administração, a prática dos seguintes atos e a concretização das seguintes operações pela Companhia estão condicionadas à prévia aprovação pelo Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) convocar a Assembléia Geral;
- (c) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, fixando-lhes as atribuições, inclusive designando o Diretor Vice-Presidente que cumulará a função de Diretor de Relações com Investidores;
- (d) manifestar-se a respeito do relatório da administração, das contas da Diretoria Executiva e dos balanços consolidados que deverão ser submetidos à sua apreciação, preferencialmente dentro de 02 (dois) meses contados do término do exercício social;
- (e) vetar a execução de decisões da Diretoria Executiva eventualmente adotadas contra as disposições deste Estatuto;

01417-6

../-

---

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

---

- (f) estabelecer a forma de distribuição da remuneração dos administradores da Companhia, se fixada globalmente pela Assembléia Geral;
- (g) observadas as disposições legais e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, declarar (i) no curso do exercício social e até a Assembléia Geral Ordinária, dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanço semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral; (ii) determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio.
- (h) a aprovação de quaisquer planos de negócio a longo prazo, de orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e de suas revisões;
- (i) a constituição de quaisquer ônus sobre bens, móveis ou imóveis da Companhia, ou a caução ou cessão de receitas ou direitos de crédito em garantia de operações financeiras ou não a serem celebradas pela Companhia, sempre que o valor total dos ativos, objeto da garantia, exceda a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;
- (j) a alienação de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia cujo valor exceda a 5% (cinco por cento) do valor total do ativo permanente da Companhia, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;
- (k) a aquisição de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia cujo valor exceda a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

01417-6

../-

---

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

---

- (l) a aprovação de investimentos e/ou a tomada de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza, em uma única operação ou numa série de operações vinculadas que eleve o endividamento total da Companhia a um valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecido pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia, ou a qualquer outro valor que venha a ser estabelecido, periodicamente, pela Assembléia Geral de acionistas;
- (m) deliberar a respeito da constituição de empresas controladas pela Companhia e/ou da alienação direta ou indireta da participação da Companhia e das suas empresas controladas;
- (n) a celebração de qualquer contrato com qualquer acionista da Companhia;
- (o) a aprovação da política de limite de concessão de crédito pela Companhia;
- (p) a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, nos termos da legislação aplicável;
- (q) deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações e bônus de subscrição, bem como fazer as chamadas de capital, nos limites do capital autorizado;
- (r) deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias Comerciais (“Commercial Papers”);
- (s) indicação de procuradores para a execução dos atos listados neste Artigo, e;
- (t) a autorização para a prática de qualquer ato extraordinário de gestão não compreendido, por lei ou por este Estatuto, na competência de outros órgãos societários.

Parágrafo Único - A Companhia complementarará a previdência social a seus empregados na forma e meios aprovados pelo Conselho de Administração.

---

01417-6

../-

---

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

---

## CAPÍTULO V - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 12 A Companhia terá uma Diretoria Executiva composta de, no máximo, 25 (vinte e cinco) Diretores Vice-Presidentes, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores Vice-Presidentes, todos residentes no País, acionistas ou não, cujo mandato terá a duração de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Em caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria Executiva, a respectiva substituição, para completar o prazo de gestão, será deliberada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Durante o período do impedimento temporário de qualquer Diretor Vice-Presidente, as funções a ele atribuídas serão desempenhadas temporariamente por um Diretor Vice-Presidente especial a ser designado pelo Conselho de Administração.

Artigo 13 Os membros da Diretoria Executiva desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das resoluções das Assembléias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

Artigo 14 À Diretoria Executiva compete administrar e representar a sociedade, com poderes para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, doar, onerar e alienar bens sociais, inclusive os integrantes do ativo permanente, sempre observadas as disposições e os limites aqui previstos e os atos de competência exclusiva do Conselho de Administração previstos em lei e no artigo 11 deste Estatuto Social.

Artigo 15 A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que convocada por iniciativa do Diretor Presidente ou a pedido de qualquer dos demais membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - As decisões da Diretoria Executiva deverão estar contidas em atas das respectivas reuniões, lavradas no livro próprio.

Artigo 16 Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, serão necessárias, para vincular a Companhia:

01417-6

../-

---

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

---

- (a) a assinatura do Diretor-Presidente; ou
- (b) a assinatura de qualquer 01 (um) dos Diretores Vice-Presidentes;
- (c) a assinatura de 01 (um) Procurador, agindo em conformidade com os limites especificamente estabelecidos na respectiva procuração que será outorgada na forma deste Estatuto Social.

Parágrafo Único - Os Diretores Vice-Presidentes deverão apresentar, ao Diretor Presidente, relatórios mensais de sua gestão, cabendo ao Diretor Presidente a representação da Diretoria perante o Conselho de Administração e Assembléias Gerais da Companhia.

Artigo 17 A outorga de instrumentos de mandato pela Companhia deverão sempre ser assinados pelo Diretor Presidente, ou por qualquer Diretor Vice-Presidente, sendo que excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, administrativos ou similares, em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou processo, todas as procurações serão por prazo certo, não superior a um ano, e estabelecerão expressamente a limitação dos poderes.

## CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL

Artigo 18 A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas na forma da legislação pertinente.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembléia Geral elegerá seus membros e estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembléia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

---

01417-6

../-

---

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

---

## CAPÍTULO VII – ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 19 As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão, ordinariamente, um vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, nos termos da legislação pertinente e, extraordinariamente, sempre que necessário, seja em função dos interesses sociais, ou de disposição deste Estatuto Social, ou quando a legislação aplicável assim o exigir.

Parágrafo Único - As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, cabendo ao Presidente do referido órgão consubstanciar o aludido ato.

Artigo 20 As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência por 01 (um) membro da Diretoria Executiva por ele indicado. O Secretário da Assembleia Geral será escolhido pelo Presidente da mesa.

Parágrafo Primeiro - Os procedimentos de convocação, instalação e deliberação da Assembleia Geral seguirão aqueles previstos na legislação aplicável em vigor.

Parágrafo Segundo - A fim de comparecer à Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na Companhia, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, contadas da data da realização da respectiva assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6404/76; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos hábeis de sua identidade.

Artigo 21 As deliberações da Assembleia Geral serão tornadas pelo voto afirmativo da maioria dos acionistas.

## CAPÍTULO VIII - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 22 O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 23 Ao final de cada exercício social, serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários e/ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso.

Parágrafo Primeiro - Após efetivadas as deduções previstas em lei, a Assembléia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração e, se em funcionamento, após obtido o parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo - Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo Terceiro - Poderá ainda, o Conselho de Administração, deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9º da Lei 9.249/95, alterado pelo artigo 78 da Lei 9.430/96, e na respectiva regulamentação, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Quarto - Caberá ao Conselho de Administração, observada a Legislação referida no parágrafo anterior, fixar, a seu exclusivo critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros cujo pagamento vier a deliberar.

Parágrafo Quinto - A Assembléia Geral decidirá a respeito da imputação, ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia durante o exercício, montante que para tal fim será considerado pelo seu valor líquido do Imposto de Renda retido na fonte.



01417-6

../-

---

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

---

Parágrafo Sexto - Os dividendos serão pagos nas datas e locais indicados pelo Diretor de Relações com Investidores. No caso de não serem reclamados dentro de 3 (três) anos, a contar do início do pagamento, reverterão a favor da Companhia.

## **CAPÍTULO IX - TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES DE CONTROLE**

Artigo 24 As ações representativas do capital social da Companhia e detidas pelos integrantes do grupo controlador ou por seus sucessores, em caso de alienação destas e/ou de direitos de subscrição ou bonificações distribuídas em decorrência de capitalização de lucros ou reservas não poderão ser transferidas, cedidas ou de qualquer forma alienadas, gratuita ou onerosamente, no todo ou em parte sem a prévia e expressa concordância do Poder Concedente.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

Artigo 25 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, caso em que a Assembléia Geral determinará a forma de Liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que funcionará durante todo período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.

CERTIFICO QUE O ESTATUTO SOCIAL CONSTANTE DAS FOLHAS 1 A 9 DESTE DOCUMENTO FOI LIDO E APROVADO PELA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DA ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A, REALIZADA EM 16/04/2001, NA SEDE SOCIAL.

**Célia Beatriz Padovan Pacheco** - Secretária

---

01417-6

../-

---

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

---

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
--

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETR. METROPOLITANA OVERSEAS II LTD.
---

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

---

01417-6

---

../-

---

---

21.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

---

Alteração no quadro dos Administradores da Companhia, através da ata de reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de novembro de 2003.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ ./-
---------------------------	------------------------	-----------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02.01	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADM. E FISCAL) E	5
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	14
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES	15
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES	16
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	24
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	25
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	26
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	26
06	01	PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	27
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	29
06	04	DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	29
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	30
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	30
07	03	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	31
08	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	32
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	34
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	42
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	48
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	49
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	56
13	01	PROPRIEDADES	58
14	01	PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS	60
14	05	PROJETOS DE INVESTIMENTO	63
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	64
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	65
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	66
18	01	ESTATUTO SOCIAL	70
		ELETROPOLULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	
19	02	PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	83
		ELETR. METROPOLITANA OVERSEAS II LTD.	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ ./-
---------------------------	------------------------	-----------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
19	02	PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	84
		ELETR. COMERCIAL EXPORTADORA LTDA.	
		LOGESTIC.COM S.A.	
21	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	85